

# VARNHAGEN E A IDÉIA DA MUDANÇA DA CAPITAL BRASILEIRA.

---

*HELMUT AUDRÁ*

Da Sociedade de Estudos Históricos.

---

“Quando se fizer a mudança da capital ninguém mais do que Varnhagen tem direito, na nova cidade, a um condigno monumento em praça pública: então será saldado o débito que o país contraíu com o seu máximo historiador”.

Alcides Bezerra, *Publicações do Arquivo Nacional*, Vol. XXXIII, 1936, pág. 84

## I

Tem sido citado freqüentemente o dito exarado em 1620 pelo antigo cronista brasileiro Frei Vicente do Salvador, segundo o qual

“os portugueses, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como carangueijos”.

Tal afirmação do bom franciscano reflete, em todo o caso, a realidade de que através do tempo o português sempre se conservou fiel ao mar, procurando o litoral, inclinação esta herdada pelos seus descendentes sul-americanos, os luso-brasileiros. O interior dêste vastíssimo país, suas florestas imensuráveis, seus planaltos inóspitos, suas baixadas impenetráveis amedrontavam-no e o enfrentavam hostilmente, parecendo ser o império invencível dos indígenas, com os quais êle vivia quase que em permanente contenda. Mesmo o fato de não haver tardado que portugueses de aquém-mar e de além-mar, aos quais se juntaram elementos de outros povos e mestiços, se reunissem para constituir bandeiras que penetraram valorosamente no interior do continente, não invalida a opinião do citado sacerdote que foi o primeiro brasileiro a escrever a história do nôvo país. Todavia, essas entradas, que, às vêzes, se prolongavam por anos e anos, não tinham por objetivo estudar e explorar a hinterlândia ignota. Seu móvel era,

pelo contrário, a ânsia irrefreável, o desejo insopitável de encontrar tesouros, de obter riquezas, de catar ouro e pedras preciosas ou mesmo de prear aborígenes, a fim de escravizá-los ao trabalho nos canaviais e engenhos na zona litorânea. Embora êsses numerosos esforços repetidos com admiráveis tenacidade, despreensão e perseverança tivessem sido coroados de pleno êxito desde o início do século XVIII, tendo como consequência o desbravamento e povoamento, principalmente, da região que veio a ser o Estado de Minas Gerais, o brasileiro continuou a ser, mesmo depois de conseguida sua emancipação estatal, o homem que preferia permanecer, no fundo, de frente voltada para o oceano e de costas para a incomensurável vastidão do seu país.

Êsse comportamento tem sido deplorado, freqüentemente, por patriotas estadistas, exploradores, cientistas e militares clarividentes que escreveram sôbre o fenômeno, em busca de meios e vias que aí provocassem uma modificação. Não poucos foram os que reconheceram ser um dos recursos, a fim de conseguir que seu povo volvesse meia-volta, transferir para uma região próxima ao centro geográfico do país o centro administrativo, científico e artístico representado pela sua capital. Verdade é que seu empenho, suas representações e recomendações, suas motivações solenes não resultaram em êxito imediato. Sômente na época hodierna os múltiplos desejos inspirados pela fé, as convicções proféticas, as certezas sem reserva das pessoas mais proeminentes da nação ressurgiram, como que ressuscita e encontram sua afirmação fanática em um homem, em cujas mãos se encontra o poder de converter em realidade uma fantasia.

Seria ocioso discutir hoje sôbre se a execução dêsse formidável projeto deveria ter sido acelerada do modo que o foi ou sôbre se poderia ter sido exigido do povo, em época difícil, um sacrifício dêsse vulto: eis, porém, a obra, da qual só se falava através das gerações e em cuja concretização mal ainda alguém acreditava; surgiu repentinamente, é hoje uma realidade quase que inacreditável, como que saída de uma fábula de mil-e-uma-noites.

Estamos certos de que logo não mais se falará nas muitas falhas inerentes à recente criação e ainda visíveis, nem nas tantas insuficiências, aliás inevitáveis e de que dentro em breve não mais encontrarão eco as vozes dos céticos e dos eternos rezingões. Brasília falará sua linguagem própria; será o ponto de irradiação e divulgação de um mundo quase que ignorado, fará do brasileiro o senhor real, absoluto, construtor e guardião da maior parcela do seu país; Brasília representará o marco de um capítulo nôvo da História do Brasil, talvez o mais significativo.

Recordar os nomes dos homens que defenderam, com convicção e devoção, a idéia que floresceu e frutificou na nossa éra não repre-

senta mais que o cumprimento de um singelo dever de gratidão. Nos dias, semanas e meses que precederam à inauguração da nova capital o povo brasileiro se empenhou em resgatar essa dívida. Causa estranheza e impressiona singularmente, entretanto, que em todo o copioso noticiário e em todos os discursos mal se fez referência ou apenas superficialmente ao homem que, mais do que outro qualquer, pregou, durante tôda sua vida, incessante, infatigavelmente, a necessidade da transferência da sede da metrópole: Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro.

Escusamo-nos de repetir aqui os fatos relacionados com o processo evolutivo histórico do plano da mudança da capital do Brasil da costa para o interior do país ou o nome de cada um dos que se empenharam em prol desta idéia. Das sugestões apresentadas, antes que Varnhagen se esforçasse, durante exatamente quarenta anos, por conquistar o público do seu país em favor da mudança da capital, uma delas merece particular destaque, por haver partido, como única até ao alvorecer da República, de um poder responsável, de um govêrno, do Govêrno Provisório da Província de São Paulo do ano de 1821. Trata-se do teor do artigo 9º do capítulo II das Instruções do Govêrno Provincial aos representantes de São Paulo no Parlamento português, ou seja junto às Côrtes; ei-lo:

“Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da côrte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouso mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno fértil e regado por algum rio navegável.

Dêste modo fica a côrte ou assento da regência livre de qualquer assalto e surpresa externa, e se chama para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantes. Dessa côrte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem com tôda a prontidão as ordens do govêrno e se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil”.

Para efeito de preparação dessas diretrizes destinadas aos seus delegados, o Govêrno paulista pediu sugestões às Câmaras Municipais de tôda a Província, constituindo, simultâneamente, uma comissão incumbida de traçar as diretrizes baseadas nas propostas recebidas. De dita comissão faziam parte: 1). — João Carlos Augusto de Oeynhausên, Presidente do Govêrno Provisório; 2). — José Bonifácio de Andrada e Silva, Vice-Presidente e 3). — o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão. José Bonifácio parece ter sido encarregado de redigir o importante documento, cuja autoria vem, em geral, sendo atribuída ao grande filho de Santos, sem que, entretanto, nem de leve, se faça menção dos outros dois membros da comissão. Ninguém, até hoje,

julgo necessário fazer referência a Oeynhausen, por exemplo, em ligação à evolução histórica da idéia da mudança da capital do país. E' uma injustiça, porquanto Oeynhausen não foi uma figura insignificante, secundária, como tantos historiadores se comprazem em apresentá-lo. Êsse teuto-português prestou durante ao todo trinta anos serviços relevantes ao Brasil, na qualidade de Governador e Capitão-General do Ceará, de Mato-Grosso e São Paulo, além disso como Presidente do Governo Provisório da Província de São Paulo, como Ministro das Relações Exteriores do Brasil em dois gabinetes, como Ministro da Marinha e como Senador, o que seu soberano soube reconhecer, nomeando-o Conselheiro e galardoando-o, sucessivamente, com os títulos nobiliárquicos de Visconde e de Marquês de Aracati.

A obra do eminente Andrada em prol do seu país é de tamanho vulto, que não há necessidade de aumentar o brilho do seu nome, para isso envolvendo em silêncio a contribuição dos seus colaboradores, nem tampouco através da afirmação duvidosa do seu biógrafo Alberto Souza, ao perguntar: "poderia outro (da comissão) que não êste redigir, mesmo em parte, um documento daquela sabedoria"? (1).

Voltemos, porém, a Varnhagen. Ao nos ocorrer a idéia de chamar a atenção geral para os méritos do fundador do criticismo histórico do Brasil, como propugnador da idéia da transferência da sede da capital do país, encontrámos na edição de 21 de abril de 1960 da "Fôlha de São Paulo" um artigo da lavra do brilhante jornalista Rui Bloem, intitulado "Varnhagen, o grande esquecido de Brasília", em que foram ressaltados precisamente tais méritos. Não tinha o ilustre articulista em mira, entretanto, segundo se depreende do seu escrito, mostrar como a idéia de Varnhagen em relação à capital se sedimentou em suas obras. Interessava-o apenas apontar enfaticamente o lugar que de direito pertencia ao historiador paulista. Cabe a Rui Bloem, por êsse intento, todo reconhecimento, em nada prejudicado pela ocorrência de alguns equívocos históricos no referido artigo, aliás de importância secundária.

Já em 1839 o sorocabano nascido em 1816 sustentou, em comunicação feita ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recém-fundado então e que o admitiu, um ano mais tarde, na categoria de sócio correspondente, a idéia da mudança da capital, segundo consta da *Revista do Instituto* (2). Em nota final aposta à sua publicação "Épicos Brasileiros", Varnhagen tornou, em 1845, a tratar do tema, propondo, então, que a sede da administração central fôsse a cidade

---

(1). — Souza, vol. III, pág. 274, nota final 5.

(2). — Tomo 1, pág. 364.

mineira de São João d'El-Rei. Todavia, decorridos quatro anos, êle próprio divulgou, que

“continuando a meditar no assunto, em vista dos mapas, consideramos como verdadeira inspiração encontrar o local nessa paragem (planalto de Formosa) que, a tôdas as luzes, nos pareceu mais vantajosa”.

Essa idéia, que lhe pareceu ser a mais acertada, êle expos, em 1849, na primeira parte, publicada em Madri, do seu *Memorial Orgânico*, em cuja segunda parte, no ano seguinte, êle se ocupou mais pormenorizadamente do assunto. Nesse notável escrito o historiador se revelou, surpreendentemente, como economista. Desenvolveu e fundamentou um programa, de que, entre outras, constava a abertura de estradas, a divisão administrativa do país, a imigração e colonização, a questão dos escravos e dos índios e a fundação de uma nova capital no planalto de Goiás, assunto êste tratado com abundância e detalhes. Na primeira parte do *Memorial Orgânico* Varnhagen perscruta continentes, países e, lançando extenso olhar retrospectivo até ao mais remoto passado, indaga como é que outros povos procederam ao cogitarem da escôlha ou edificação de uma sede para o respectivo govêrno, a fim de, em seguida, examinar o tema, tendo em mira o caso brasileiro. Mais adiante, no suplemento, reproduziremos algumas de suas considerações a respeito. Em dito escrito o historiador sugere, sendo o primeiro a fazê-lo, que se opte pelo planalto de Formosa, como região ideal para a ereção da nova capital do país. Eis o brado e apêlo com que conclui sua explanação:

“Porventura tôdas as nossas propostas, tôdas as nossas meditações, as nossas noites perdidas ficarão inutilizadas? — Não acharão elas, ao menos em parte, eco em algum dos nossos administradores que desinteressadamente e só por amor do nosso futuro as defendam e sustente?”

No *Memorial Orgânico* Varnhagen chega mesmo a ocupar-se da largura das ruas (aproximadamente 36 metros) da capital a ser fundada, do abastecimento de água e gás, da canalização, etc.

As duas partes do *Memorial Orgânico* foram reproduzidas, com algumas adendas, no ano de 1851, na revista *Guanabara*, a pedido dos respectivos editôres. Varnhagen valeu-se da oportunidade para acrescentar novos argumentos em apôio de sua idéia predileta.

Como modesto êxito do seu escrito podia Varnhagen considerar um projeto de lei a propósito apresentado, em 1852, pelo Senador por Pernambuco, Holanda Cavalcanti, projeto que chegou a ser discutido um ano mais tarde, ou seja em 10 de junho de 1853, sem, contudo,

jamais ser submetido a votação. Ao justificar sua proposta, o Senador se referiu, expressamente, ao *Memorial Orgânico* de Varnhagen.

Ao preparar a segunda edição de sua *História Geral do Brasil*, o sábio teve oportunidade de repetir, em uma obra fadada a ser amplamente difundida e a despertar grande atenção, sua idéia relativamente a uma nova capital no interior do país. Nessa edição, que veio a lume em 1877, Varnhagen acrescentou à descrição da ocupação do Rio de Janeiro por Duguay-Trouin algumas observações concernentes às desvantagens da situação da capital na orla da costa, prosseguindo:

“E isto quando a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central, mais segura, mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do São Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de boas águas e até de abundantes mármore, vizinhos ao triângulo formado pelas três lagoas, Formosa, Feia e Mestre d’Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o São Francisco e para o Prata”.

Em uma de suas últimas publicações, o opúsculo intitulado *A questão da Capital: Marítima ou no Interior?* (Viena, 1877), o Visconde de Pôrto Seguro cita essas passagens, dizendo, em continuação, que,

“publicadas essas linhas, o próprio acento de convicção que elas respiram fêz estremecer nossa consciência timorata em presença da responsabilidade tomada, em tal obra, ante a posteridade. Figurou-se-nos que não ficaríamos tranqüilos, enquanto, por nossos próprios olhos, nos não desenganássemos de todo e a mesma posteridade, se tínhamos ou não razão em todos os nossos planos e propostas engenhadas sôbre o papel no silêncio do gabinete. E isto com tanto maior razão, quando, pouco antes, havíamos vacilado em favor de duas outras localidades vizinhas: os chapadões de Santa Maria e de Uruçua”.

Por isso Varnhagen, contando, então, 61 anos de idade, pede e obtem uma licença prolongada, abandona o confôrto de sua residência de embaixador do Brasil em Viena, desliga-se de sua família e apresta-se, por conta própria, independente de incumbência emanada dos seus superiores hierárquicos, para uma viagem de exploração ao interior do seu torrão natal, a fim de poder assegurar aos seus compatriotas, de plena consciência, no declínio de sua vida, que a convicção por êle mantida inabalável durante quarenta anos só se solidificou ao contemplar diretamente e conhecer de perto o planalto por êle preconizado para servir de sítio em que se localizasse a capital do porvir, daí lhe advindo a certeza de haver agido e aconselhado com exatidão e não haver, portanto, pelejado por uma idéia utópica.

Nem antes, nem depois de Varnhagen pessoa alguma chegou a sacrificar, durante o Império e mesmo posteriormente, em prol do estabelecimento de uma nova sede do governo no interior do país, tão grande soma de tempo, recursos e saúde, como êle. Não corresponde à realidade, como, aliás, escreve também Rui Bloem, que Varnhagen teria sido encarregado pelo então Ministro da Agricultura de realizar essa viagem ao interior, a fim de estudar a questão da colonização européia no Brasil. Ocorre, entretanto, que o Visconde de Pôrto Seguro, que repetidas vêzes se havia ocupado do problema da imigração, procurou, logo após sua chegada ao Rio de Janeiro, o Ministro da Agricultura, a quem se ofereceu para cuidar, com particular atenção, dessa questão durante a viagem planejada e a quem pediu apóio ao seu projeto, notadamente através de cartas de recomendação. Decorridos alguns dias, o Ministro confirmou, em officio, a conversa havida entre ambos, pedindo, simultâneamente, um parecer relativamente a vias de comunicação e colonização.

Devemos privar-nos de entrar aqui em pormenores acêrca dessa longa e penosa viagem. Em officio dirigido ao Ministro da Agricultura, redigido no planalto de Formosa e datado de 28 de julho de 1877, reproduzido mais adiante, no suplemento, Varnhagen apresenta, em síntese, a essência de suas observações e conclusões. De regresso a Viena, tratou da questão da mudança da capital, separadamente, no opúsculo referido atrás, no qual, em extensos trechos extraídos de suas várias publicações, principalmente do *Memorial Orgânico*, reuniu tudo quanto havia dito em tôrno do assunto, ao mesmo tempo que chamava a atenção para outros defensores da idéia.

Conclui sua exposição, externando-se com um misto de resignação e fé no porvir:

“Infelizmente, tudo de novo ficou em nada: vôzes *clamantes in Deserto*. Mas nem por isso devemos esmorecer; tenhamos fé no futuro, que o dia da conversão há de chegar”.

O grande brasileiro pagou, porém, com a vida a ousadia de preterir recomendar ao seu país e ao seu povo, baseado em observações próprias, portanto, de consciência tranqüila, o planalto de Formosa como região ideal para que nela se erigisse, algum dia, a nova capital.

Seja-nos permitido reproduzir aqui alguns trechos constantes de outro escrito nosso sôbre o ilustre sorocabano:

“O sexagenário, habituado às comodidades oferecidas, durante anos e anos, pelo seu lar em Viena, onde exercia as funções de embaixador do Brasil, não mais estava em condições de fazer esforços físicos e de suportar as fadigas da longa viagem durante os meses

hibernais que obrigavam o viajante a pernoitar, freqüentemente, em uma tenda que não o protegia da umidade do solo. Apanhou, conseqüentemente, uma grave afecção pulmonar, tuberculose galopante, à qual sucumbiu em 29 de junho de 1878 ou seja oito meses após seu regresso e depois de baldadamente haver procurado a cura na Itália e em Baden-Baden. O desenlace ocorreu em Viena, em seguida a uma dolorosa e inútil intervenção cirúrgica. Oxalá sua Pátria, à qual prestou serviços inestimáveis, não se esqueça do seu nome, ao ser edificada a nova capital do país em uma região escolhida, oitenta anos antes, pela visão segura e clara de Varnhagen, homenageando condignamente o grande homem que sacrificou a vida a um elevado ideal” (3).

Doze anos após o falecimento do Visconde de Pôrto Seguro, já verificado o ocaso do Império, que êle havia servido até ao derradeiro alento, ao se reunirem na velha metrópole representantes de tôdas as partes da jovem República, a fim de elaborarem a nova Constituição, entre os mesmos surgiu um delegado de vinte e sete anos de idade, filho de imigrantes alemães, natural de Santa Catarina, o qual interveio nos debates que giraram em torno da questão de se saber qual das cidades do interior deveria ser escolhida como sede da futura capital, se Barbacena, Juiz de Fora, Petrópolis ou mesmo Goiás, apresentando uma proposição determinante e fundamentada nestes têrmos:

“Fica pertencendo à União uma zona de 400 léguas quadradas situada no Planalto Central da República, a qual será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal”.

Lauro Müller, como se chamava o jovem parlamentar, absteve-se de fundamentar, êle próprio, sua emenda que já trazia oitenta e oito assinaturas, limitando-se a instruí-la com o ofício dirigido por Varnhagen, em 28 de julho de 1877, de Formosa, ao Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, então Ministro da Agricultura.

Dita proposição foi incluída, com a respectiva redação ligeiramente alterada, na Constituição de 1891, fixando-se, assim, a região, em que deveria ser erigida a nova capital. Êste dispositivo figurou, igualmente, em tôdas as sucessivas Constituições.

Algumas décadas mais tarde coube a Lauro Müller, nessa ocasião Ministro do Exterior do Brasil, nôvo mérito em relação a Varnhagen e, conseqüentemente, à historiografia do seu país, quando, em 1916, encaminhou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os originais da *História da Independência*, a derradeira grande obra, portanto inédita, do sorocabano, constante do espólio do antecessor de Müller, o Barão do Rio Branco, pedindo sua publicação na *Revista do Instituto*,

(3). — Francisco Adolfo de Varnhagen *Aus seinem Leben und seinem Werk*, São Paulo, pg. 18.

em cujo volume correspondente ao mesmo ano ela efetivamente appareceu.

Já no ano de 1892 o Govêrno republicano nomeava uma comissão encabeçada pelo sábio Dr. Luiz Cruls e constituída de eminentes cientistas que tiveram por missão escolher o território do nôvo Distrito Federal, segundo determinava a Constituição, delimitando a respectiva região e pesquisando-a orográfica, hidrográfica e climatologicamente, bem como registrando dados relativos à flora e à fauna da zona, estudando a possibilidade do abastecimento de material de construção e de gêneros de primeiras necessidade, etc.

Cruls salienta em seu relatório, repetidamente, o fato de o haver guiado a idéia de

“não desconhecer as bases históricas, em que assentara êste projeto, sob pena de desvirtuar o pensamento do legislador. Cabia-lhe (à comissão), porém, tôda a responsabilidade da escôlha da zona, de acôrdo com os fins que a Constituição tivera em vista”.

Ofereceu-se aí ao Dr. Cruls oportunidade de falar, freqüentemente, de Varnhagen, a cuja clarividência e a cujos trabalhos preliminares valiosos e seguros tece irrestrito louvor. Cruls, que ainda chegou a conhecer homens que haviam servido o Visconde de Pôrto Seguro como guias e colaboradores, observa, repetidas vêzes, que seguia os rastos do insigne historiador.

Graças ao trabalho do Dr. Cruls e dos seus cooperadores ficou definitivamente fixada a região escolhida por Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, para que nela se localizasse o nôvo Distrito Federal. Essa escôlha foi o último serviço de monta prestado à Pátria, com o sacrifício de sua vida, pelo extraordinário brasileiro. Temos certeza, portanto, de que o povo e os homens responsáveis pelo destino dêste grande país ao seu compatriota Varnhagen, nos dias em que se converteu em realidade um antigo sonho, sua gratidão de forma digna e permanente em Brasília, a Capital da Esperança, a fim de que também em relação a êle valha o que consta do tópicó final do seu escrito epigrafado *A questão da Capital: Marítima ou no Interior?*, onde vaticina, que

“o dia da conversão há de chegar”.

\* \* \*

## II APÊNDICE.

### 1.

Do *Memorial Orgânico*, 1ª Parte.

Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do Govêrno Imperial?

2ª Convém, para proteger as comunicações, levar às nossas províncias do sertão, e aí empregar, a maior soma possível de capitais produtivos, os quais, aumentando sua cultura e riqueza, e depois sua população, reverterão em favor das cidades marítimas, já recebendo dali gêneros de consumo ou de exportação, já enviando-lhes os gêneros ultramarinos que elas, mais ricas e povoadas, consumirão em muito maior quantidade.

4ª Os governos, cuja sede está no interior do país, tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as comunicações que são as veias e arterias do Estado que sem elas definha e morre.

6ª Quanto mais central esteja a capital, mais obstáculos se poderiam criar para não chegar a ela qualquer inimigo que ousasse invadir o país; e ainda, sem imaginar êsse caso extremo, qualquer exigente negociador não se julgaria aí tão forte para ditar condições, como tendo a vista suas esquadras.

8ª Um centro de civilização nos elevadíssimos chapadões do interior, e em clima já não tropical, faria que prontamente aí se cultivassem artigos de comércio que não cultiva a beira-mar, e a permuta seria em benefício do país, que além disso ficaria mais rico de meios próprios: e nesses chapadões a população, que hoje é quase apenas pastoril, passaria a ser agricultora e até, com o tempo, a ensaiar-se em outros ramos da indústria.

9ª Sendo nesses chapadões elevados os ares mais finos, e correspondentes aos da Europa, e legislando-se, desde já, que na capital e seus arredores não haveria escravatura, estas verdades constariam logo e afluiria ali espontaneamente muita colonização estrangeira que hoje não vai ou por desconhecerem tais circunstâncias de clima ou por não se atreverem a internar pelo *far west*, onde não tem cônsules, nem representantes, numa terra, cuja língua desconhecem, ou por preferirem países, onde não há escravos....

Mas qual cidade ou vila do sertão que nos deve merecer a preferência?

Em nossa opinião nenhuma. Para nós tôdas têm o vício da origem, proveniente de uma riqueza que já não possuem. A sua situação, assento e criação procederam de uma mina em que se trabalhou mais tempo a tirar ouro, e junto à qual os mineiros irregularmente edificaram suas primeiras barracas, perto dos escombros de cascalho e desmonte da cata que abriam.

Mas se, abandonando a idéia de achar já feita e acabada a cidade que tanto nos convém, nos resolvermos a fundar uma, segundo as condições que se requerem a tôda a capital de país civilizado hoje em dia, a verdadeira paragem para ela é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui terminante... E' a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, dos dois grandes rios que abraçam o Império, isto é, o Amazonas e o Prata, com

as dos do São Francisco que depois de o atravessar pelo meio, desemboca a meia distância de toda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais a meia distância da cidade da Bahia à de Pernambuco. E' nessa paragem bastante central e elevada, de onde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do govêrno.

Mas vamos restringir o território dentro do qual, nessa paragem, haveria que escolher a mais conveniente posição para o assento da cidade.

Os seus limites devem ser oferecidos pelos mesmos três rios que fazem a posição tão vantajosa: deve ser o compreendido no triângulo formado pelos três portos de canoas de cada um dêles que mais se aproximem entre si; ou se se quizer pelo círculo que passar por êsses três pontos. A situação procurada terá sempre que ficar, proximamente, a distância igual dos cinco pontos: Rio, Bahia, Cidade de Oeiras, Cuiabá..., no caso de haver por aí uma localidade que satisfaça às condições:

4ª Sendo possível, preferir-se-á a localidade em que o rio, torneando uma igual chapada, a deixe como em península, ou senão onde o mesmo rio faça uma lagoa, contanto que esta não seja causa de serem os ares menos saudáveis.

6ª Como a localidade, que se deverá preferir, tem de estar em 15º a 16º de latitude, convém que fique elevada sobre o mar pelo menos 3.000 pés, a fim de que sejam... puros e saudáveis os ares... Seria fácil achar posição favorável talvez junto às lagoas de Felix da Costa, Formosa, etc. ...

*Aditamento, na 2ª parte do dito Memorial Orgânico (1850).*

Uma cidade à borda do mar está tão exposta como tôdas as cidades de fronteira que nos estados europeus são sempre praças de guerra, para que o inimigo não as surpreenda.

Uma tal cidade poderia ser boa capital para uma nação forte e conquistadora que desejasse vigiar e ameaçar mais de perto a sua prêsa. Debaxo dêste aspecto se deve considerar a mudança da capital moscovita. O Rio seria boa capital, se o Brasil tivesse em vista absorver a África, assim como o seria a cidade de Cuiabá ou de Mato Grosso, se nos quiséssemos estender para o Ocidente; ou Bagé, se quiséssemos ameaçar os estados do sul. Mas se a nossa missão fôr só conservarmos íntegro o território que era de nossos país, e melhorá-lo enquanto possível, a capital num lugar forte e central é a melhor (...).

2.

"Vila Formosa da Imperatriz, em Goiás, 28 de julho de 1877.

Ilmo. Exmo. Sr. = Para melhor cumprir as ordens que V. Ex. se dignou dar-me em aviso dêsse ministério, de 14 de junho último, começarei por consignar por escrito algumas idéias que, acêrca da colonização européia no Brasil, tive a honra de emitir verbal-

mente na audiência que V. Ex. se dignou conceder-me poucos dias antes da data do mencionado aviso.

Vários resultados menos favoráveis a êsse respeito, nos climas tropicais do nosso litoral, fizeram que hoje tenha quase unânime triumpho na Europa a idéia de que, para o primeiro estabelecimento dos colonos do norte no nosso país, só são apropriados os climas do Rio Grande do Sul, e quando muito os de algumas paragens das de Santa Catarina e Paraná, de modo que é quase exclusivamente para estas províncias que a mesma colonização já segue espontânea, dispensando a estipendiada, com a qual, não só por espirito de equidade e justiça, como por outras muitas considerações, bem conhecidas de V. Ex., conviria que fôsse-mos presenteando as demais províncias.

Se o clima do Rio Grande do Sul, no litoral, é mais fresco e análogo aos da Europa, que os das demais províncias, não é menos certo que, no interior destas últimas, há chapadões mui elevados, em que a temperatura é igualmente benigna, e em que no inverno caem até as fôlhas à maior parte das árvores. E' mui conhecido o princípio, com as proporções até designadas por Humboldt, de que a identidade da temperatura se opera nas mais baixas latitudes pela ascensão das altitudes; e isto a tal ponto que debaixo da equinocial, nas imediações de Quito, por exemplo, há neves perpétuas. E bem conhecidos são entre nós, como muito mais frescos que os do litoral, na província do Rio de Janeiro, os climas de Petrópolis e de Nova Friburgo, em paragens elevadas mais de oitocentos metros, e na de São Paulo, mais ao sul, como muito mais frescos, que os de Santos, os da capital e mais cidades de serra-acima, em alturas além de setecentos metros. Assim, por via de regra, quanto mais baixa fôr a latitude do lugar, maior deverá ser a sua altitude, para que o clima seja fresco e de natureza menos tropical, a ponto de não fazer esmorecer os colonos ao verem, ao cabo de alguns meses, desbotarem-se a seus filhos das faces as côres rosadas com que haviam partido da Europa. E se nas latitudes de 22° a 24° são para isso mais que suficientes elevações de 700 a 800 metros, em menores latitudes é claro que essas alturas deverão ser maiores. E o mais é que êstes climas mais frescos são às vêzes até designados pela própria vegetação, que cessa de ser matas virgens e passa a cerrados e a campos limpos, mais apreciados pelos colonos que não têm as prevenções da nossa gente, de que só são perfeitamente produtivas as mesmas matas, as quais êles, colonos, apreciam em menos, por sua antipatia às derrubadas, preferindo antes plantar e semear, desde logo, em campos á mais ou menos aráveis.

Em conformidade com êstes princípios, começarei por indicar uma região das províncias de São Paulo e Minas, que, pela bondade do clima e das terras e pela muita facilidade com que a ela se poderá chegar, terminada que seja a estrada de ferro da Casa Branca, podia fornecer muitas localidades mui apropriadas para centros ou povoações de colonos europeus recém-chegados. Esta região estende-se pelos chapadões quase sem árvores, de terra vermelha, com

pastos de barba-de-bode, elevados mais de 900 metros, que se encontra desde antes da cidade da França, abrange-os das duas margens do Rio das Velhas, afluente do Parnaíba, e compreende tôda a extensão logo abaixo das cabeceiras dos afluentes do Quebra-Anzol e mesmo do Parnaíba, ao poente das serras da Canastra e da Mata da Corda. Os chapadões são por aí de tão pequenas pendentes, que, com a introdução nêles de alguns arados centrais a vapor, de grande fôrça, de repente se poderiam por ao sol, reunir em montões e logo queimar para estrume, como se faz na Europa, as touceiras de capim, quer para depois semear trigos, quer prados artificiais de alfafa, havendo meio de rega-lcs, quer finalmente de capim gordura ou meloso, ou qualquer outra das especies que dão espontâneas em outras paragens do sertão.

Na vasta extensão que acabo de percorrer há, porém, outra região não menos apropriada a oferecer localidades favoráveis ao primeiro estabelecimento de colonos europeus, e a respeito da qual julgo que deveríamos, desde já, dar algumas providências, a fim de a ir preparando para a missão que a Providência parece ter-lhe reservado, fazendo a um tempo dela partir águas para os três rios maiores do Brasil e da América do Sul, Amazonas, Prata e São Francisco, e constituindo-a, por assim dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes conchas ou bacias fluviais do Império. Refiro-me à bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, com chapadões elevados mais de mil e cem metros, sôbre o mar, como nela requer para a melheria do clima a menor latitude, com algumas terras mais altas do lado do norte, que não só a protegem dos ventos menos frescos dêsse lado, como lhe oferecerão os indispensáveis mananciais.

Não entrarei aqui, Exm. Sr., na questão da alta conveniência para o Império e até para o Rio de Janeiro, da mudança da capital, questão que me reservo discutir de nôvo extensamente em uma publicação não official. Mas não posso deixar de aproveitar esta ocasião para recomendar a importância, em todo o sentido, da mencionada paragem, como solo fecundo em que tem de vingar e prosperar muito quaisquer sementes que nêle se lançarem. Nestes terrenos de campos elevados, de belas pastagens, onde es criam perfeitamente os cavalos, companheiros da civilização do homem (e que se pagam hoje apenas a trinta e quarenta mil réis cada um), onde os cafezeiros, ao cabo do primeiro ano da planta da muda, já produzem prodigiosamente, prometendo, para quando houver daqui comunicações, ser êste um nôvo distrito dêste gênero, nestes terrenos, digo, com bosques nos vales e margens dos ribeirões, se encontram, para as construções de edifícios, muito bons grés brancos e vermelhos e até mármore de côres, os quais hoje apenas se destinam para cal, e se encontra também, como por todo o sertão, bastante minério de ferro, existindo até bem perto, em atividade, uma fábrica pertencente ao major José Rodrigues Chaves, a qual, por meio de modesto processo dos fornos catalães, o funde, fornecendo para tôdas as ime-

diações muito bom ferro. Para rebentar a pedra fácil seria fazer-se até pólvora, com o muito salitre que fornece a vizinha Serra das Araras.

Em outras localidades apropriadas ao estabelecimento de povoações, que ainda se poderão encontrar nesta região, única em relação ao Brasil todo, eu cheguei a reconhecer pessoalmente duas, bastante elevadas, de fácil acesso, bem ventiladas, suaves escoantes, belos horizontes e com capacidade suficiente para estender-se e chegar a receber até mais de um milhão de almas.

E' uma delas a chapada, por alguns denominada Serra da Gordura, perto de quatro léguas a O.N.O. desta vila, na paragem onde, a menos de um tiro de fuzil umas das outras, se vêem as cabeceiras das ribeirões Santa Rita, vertente ao rio de São Francisco pelo Prêto; Bandeirinhas, vertente ao Amazonas, pelo Paraná e Tocantins; e Sítio-Nôvo, vertente ao Prata, pelo São Bartolomeu e grande Paraná.

A outra fica apenas légua e meia a N.O. desta última e lhe é, no meu entender, mui superior, tanto por ser ainda mais alta e ventilada e de mais belos horizontes, como pela facilidade de conduzir a ela as águas potáveis, apanhando logo acima as várias águas vertentes à Lagoa Formosa e ribeirão do Baú. Refiro-me a uma localidade no dorso do espigão que forma o paredão da Lagoa Formosa ao lado de leste, na subida que conduz à chamada Serra do Cocal, em um sítio abundante de planta aqui denominada canelas de ema, espécie da que nos jardins da Europa se conhece com o nome de iucas. A diferença de nível para menos do alto da Serra do Cocal não só permitiria o apanhamento e a fácil condução de águas das ditas vertentes, com as quais se poderia, desde logo, encher a primeira caixa ou mãe d'água, enquanto a povoação se não estendesse muito e fôsse necessário ir buscar mais às serras mais distantes, como também a abrigaria completamente dos nortes que, como disse, são os ventos menos frescos e menos sadios da América do Sul, e dêsse modo sopraria mui por cima das casas.

Não falta, Exmo. Sr., quem nutra apreensões de que, nestas paragens, todos os mananciais produzem o bócio ou papeira, e eu era dos que partilhavam desses receios antes de aqui vir. As observações, porém, que tenho feito e as investigações a que tenho procedido, apoiadas nas que já fizera o sábio acadêmico francês Bous-singault na Colômbia, me deram a íntima convicção de que a causa de semelhante enfermidade nos chapadões apenas habitados junto às cabeceiras dos córregos ou olhos d'água, não é outra senão a de serem essas águas, em geral junto às nascentes, mui carregadas de certos sais e não convenientemente batidas e arejadas, condições, uma e outra, que só perdem por meio da distância dos encanamentos feitos com pedra ou tijolo, os quais, se há altura suficiente, sem fazem com pequenas cachoeiras ou saltos, e se não há, com fundo desigual, onde a água vá saltitando e arejando-se. No encanamento das águas-livres em Lisboa há dois canais paralelos, dos quais somente um

serve, enquanto se limpa o outro, de onde, ao cabo de algum tempo, se tira como telhas de sarro o sedimento deixado pelas águas. Ora, nos nossos sertões, o fato das virtudes dos encanamentos distantes se comprova pela própria experiência, pois não adquirem papos os indivíduos que bebem, já nos ribeirões, das mesmas águas que os deram aos que delas beberam nas nascentes, especialmente se estas têm lugar em terrenos de certa argila xistosa.

Cingindo-me agora ao supra-mencionado aviso de V. Ex., de 14 de junho, cumpre-me tratar das comunicações e da maneira como desde já os colonos e todos os aviaamentos poderiam ser até essas paragens transportados. Nada mais fácil do que tirar partido dos próprios meios de condução hoje empregados, desde o extremo da estrada de ferro da província de São Paulo, que sem demora chegará à Casa Branca. Por onde vão carros de sal, levando, às vêzes, mais de cento e vinte arrôbas de pêso, e tendo as rodas fixas ao eixo, bem poderão ir caravanas de carroças de quatro rodas como as da Companhia União e Indústria, com toldos, puxados por menos juntas de bois, conduzindo famílias dos colonos e, sendo estes os próprios carroceiros, apeando-se todos os indivíduos nos passos difíceis e trabalhando juntos por arrancar e aplanar qualquer irregularidade causada pela chuva precedente. O caminho por Uberaba é todo de chapadões saníssimos e os pastos para os bois bastante bons e gratuitos. Uma junta de bons bois não custa aqui muito mais de 50\$000 r., e uma vaca de açougue 16 a 18, de modo que a carne é mui barata e a caça não falta, nem peixe nas três lagoas vizzinhas, e das frutas do país se poderiam obter muito bons vinhos.

Em todo caso, Exmo. Sr., uma paragem, da importância desta, que, pela bondade de seu clima e sua fertilidade, recomendaria no estrangeiro o Brasil todo, que pela sua posição favoreceria notavelmente o desenvolvimento do comércio interno de tôdas as províncias, e que (quando viesse a ser a séde do govêrno) afiançaria nos séculos futuros a segurança e unidade do Império, parece-me que é digna de merecer, desde já, a devida atenção dos podêres públicos do Estado, fazendo convergir para ela tôdas as comunicações, começando pela continuação da estrada de Pedro II, levando-a talvez de preferência pelo Paraopeba, Rio São Francisco e Urucuia, cujas cabeceiras se acham mui perto desta vila. Também a linha da Casa Branca se poderia, desde já, para esta paragem encaminhar, seguindo algumas vertentes, a buscar, pelo caminho mais fácil, a foz do Corumbá no Parnaíba, para subir depois aquêlo rio e o São Bartolomeu, até às cabeceiras dêste. Eu julgo, Exmo. Sr., que, se fôsse necessário, até por uma lei aplicável às próprias estradas de ferro provinciais, devíamos de todo abandonar o sistema de as decretar e conceder para unir entre si povoações, ainda de insignificante comércio e tráfico, com grandes gastos de aterros e desaterros, aplanando montes e vales, e que nos conviria adotar de preferência o princípio de ir beirando os rios, sem nenhuns gastos de nivelamento e com muito maior proveito da agricultura em geral, como succede à que segue o vale do

Paraíba. E creio firmemente que nesta quase preferência das margens dos rios, ajudando assim a natureza, que se limitou a abrir os leitos, mais ou menos nivelados, deixando cachoeiras, que mais custaria a quebrar do que a vencer lateralmente pelas estradas de ferro, está o grande segredo do desenvolvimento das mesmas estradas de ferro no Brasil: pois novas cidades, muito mais importantes que as atuais, poderão vir a surgir ao lado delas, como por encanto. Isto não obstará a que dessas grandes artérias se fizessem divergir ramais para as cidades vizinhas, mais ou menos importantes'.